

À frente das fazendas: a participação feminina no conjunto produtivo de café no Rio de Janeiro na década de 1850

 Jessica Santana de Assis Alves*

Resumo: Nesse artigo pretende-se dialogar e contribuir com a historiografia das mulheres cafeicultoras, mapeando a presença delas na província do Rio de Janeiro. Para observar a distribuição de mulheres fazendeiras nos municípios da província a fonte escolhida é o *Almanak Laemmert*. Será analisada uma amostra de dez anos, de 1851 a 1860 buscando responder o seguinte questionamento: qual a dimensão da participação de mulheres na economia cafeeira do Rio de Janeiro? Nossa concepção teórica parte da proposição de excepcionalidade e normalidade de Edoardo Grendi, que reflete sobre acontecimentos que no primeiro momento são observados como extraordinários ou contingentes podem ser considerados ao contrario sintoma de uma normalidade alternativa.

Palavras-chave: Cafeicultoras, Almanak laemmert, Rio de Janeiro.

Por delante de las granjas: la participación femenina en el juego productivo del café en el Rio de Janeiro en la década de 1850

Resumen: En este artículo uno tiene la intención de hablar y contribuir con la historiografía de las mujeres cafeicultoras, mapeando su presencia en la provincia del Río de Janeiro. Para observar a la distribución femenina fazendeiras en las autoridades locales de la provincia la fuente elegida es Almanak Laemmert. Una muestra de diez años se analizará, a partir de 1851 hasta 1860 contemplando la respuesta siguiente questionamento: ¿qué la dimensión de la participación femenina en la economía de café del Río de Janeiro? Nuestra concepción teórica se va de la proposición de la naturaleza excepcional y la normalidad de Edoardo Grendi, que cree en acontecimientos que en el primer momento se notan cómo extraordinario o posible se pueden considerar en el síntoma contrario de una normalidad alternativa.

Palabras clave: Cafeicultoras, Almanak laemmert, Rio de Janeiro.

* Doutoranda em História Social na Pós-Graduação de História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: jessica315171@gmail.com



Introdução

"(...) à medida que surgem novos estudos sobre o tema, torna-se difícil acreditar que a mulher tenha sido mesmo este ser tão submisso, apesar de todas as restrições, de todas as convenções sociais e leis que lhe eram impostas. Embora a sujeição feminina tenha sido evidente pela estrutura social em que viviam, a subordinação ao homem não deve ser considerada o único princípio da estrutura social brasileira do século XIX." (Alegrio, 2011:18)

Na epígrafe Leila Alegrio (2011) afirma que, apesar de toda a submissão feminina fruto de um sistema de dominação e de estruturação de poder pautado pelo patriarcado, as mulheres não eram completamente submissas. Diante da análise da autora e dos diversos estudos (Ferreira, 2004); (Muaze, 2008); (Soares, 2007); (Mello, 2009); (Alegrio, 2011); (Paiva, 2013); (Almeida, 2014) que se propõem a pesquisar a atuação de mulheres no século XIX, consideramos que as mulheres conseguiam atuar como agentes econômicos em uma sociedade patriarcal.

Neste artigo pretende-se mapear a presença de mulheres no conjunto produtivo cafeeiro do Rio de Janeiro oitocentista, essa é uma análise que deriva de uma parte da minha dissertação de mestrado, que possuía o objetivo de investigar a ação social e econômica de uma fazendeira de café (D. Gertrudes Maria da Conceição) na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal de Itaguaí nas décadas de 1850 e 1860.

A necessidade de realizar um mapeamento das cafeiculturas no Rio de Janeiro derivou de questionamentos que surgiram no decorrer da minha pesquisa de dissertação. Ao realizar uma reflexão acerca da cafeicultora estudada e do lugar que ela ocupava no conjunto produtivo de café da Freguesia do Bananal, surgiram questões acerca da sua "excepcionalidade": até que ponto podemos considerar que ela ou que as mulheres fazendeiras de café de Bananal são excepcionais frente a condição da mulher no século XIX? Existiam ou não diversas outras mulheres atuando como cafeicultoras naquele momento? Itaguaí era uma região privilegiada, nesse sentido, devido

ao fato de fazer fronteira com o Vale do Paraíba ou era uma das regiões em que as mulheres puderam ser fazendeiras de café?

Nesse sentido, acima de tudo, a proposta é responder uma pergunta que engloba as demais, qual a dimensão da participação de mulheres na economia cafeeira do Rio de Janeiro? Nossa concepção teórica parte da proposição de excepcionalidade e normalidade de Edoardo Grendi, microhistoriador, que refletindo sobre o uso das fontes históricas evidenciou que qualquer relato aparentemente excepcional pode resultar na realidade de “extraordinariamente ‘normal’, precisamente por ser revelador” (Grendi, 2009: 27).

Para Grendi (2009) o que no primeiro momento pode ser extraordinário ou contingente, como o fato de uma mulher atuar na direção de uma fazenda de café, pode ser considerado ao contrário sintoma de uma normalidade alternativa, isto é, de uma série de acontecimentos regulares que passaram despercebidos por uma historiografia tradicional. No que concerne a essa invisibilidade, Maria Odila Leite da Silva Dias afirma que a memória social da vida das mulheres foi se perdendo ao longo do tempo devido ao esquecimento ideológico e não por total inexistência de documentos (Dias, 1995).

Nas palavras de Dias “as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito.” (Dias, 1995:11). Sendo assim, a autora alerta que é necessário reunir os dados dispersos e esmiuçar o implícito para reconstruir a história das mulheres. Nesse sentido, acredito que parte das mulheres abastadas da sociedade estavam inseridas e participavam do um conjunto produtivo cafeeiro no Rio de Janeiro, não somente em regiões circunscritas como é o caso do Vale do Paraíba ou Itaguaí (região estudada na dissertação).

A partir de uma perspectiva analítica mais recente derivada de uma reconfiguração nos estudos na década de 1970 que passaram a incluir um grupo até então majoritariamente excluído, os historiadores das mulheres veem analisando a presença de mulheres fazendeiras e lavradoras rompendo os paradigmas que anulam a participação feminina nas atividades econômicas

e desmistificando a ideia de que a direção de unidades produtivas no século XIX, estavam exclusivamente sob liderança e comando dos homens.

Segundo Marina Maluf (1994), a historiografia clássica que se dedicou ao estudo da expansão cafeeira estava preocupada, em um primeiro momento, em investigar a dependência, origem e características do capitalismo brasileiro, a partir da análise da geração de riqueza, acúmulo de capital e a articulação do café a indústria. Além dessas questões, pesquisadores como Celso Furtado (1959), Florestan Fernandes (1975) e Décio Saens (1985), segundo a autora, buscaram tipificar as classes sociais no interior do mundo cafeeiro e analisar a formação da burguesia e camadas médias brasileiras.

Mas apesar de compreender que a bibliografia clássica esclarece múltiplos aspectos da nossa sociedade, Marina Maluf (1994) questionou a ausência da participação das mulheres no contexto da produção cafeeira. Em sua tese a autora traz uma nova contribuição para a história da sociedade cafeeira e para a história social das mulheres no Brasil, analisando aspectos do cotidiano de duas fazendeiras de café e demonstrando um dos papéis desempenhados pelas mulheres da Elite rural¹ em São Paulo, em fins do século XIX e início do XX.

A partir da análise de diários de memória escritos pelas fazendeiras Floriza e Brazília, a autora demonstrou a liderança dessas mulheres no dia-a-dia das fazendas, e dos grupos familiares, desmistificando o mito de mulheres ociosas e passivas perante os acontecimentos. Esse estudo, portanto, confere na tensão entre o normativo e a experiência, de modo a revelar a integração da experiência social dessas mulheres na história da cafeicultura no Brasil. Essa obra foi um primeiro esforço nesse sentido,

¹ A autora não define na obra a sua concepção sobre o conceito Elite rural, mas no decorrer das páginas é possível observar que ela classifica as fazendeiras estudadas como pertencentes às camadas mais altas da sociedade paulista agrária, de uma elite empreendedora e dinâmica, com riqueza e mentalidade para criar novas e rentáveis oportunidades de investimentos. Além de fazerem parte de um grupo que gozava de todos os prestígios na administração e na política.

estudando a inserção social do trabalho das fazendeiras, os processos de criação e manutenção de fazendas.

Após o estudo de Maluf, nas últimas duas décadas, diversos outros historiadores se dedicaram a estudar as mulheres na condição de fazendeiras de café (Ferreira, 2004); (Muaze, 2008); (Soares, 2007);(Mello, 2009); (Alegrio, 2011); (Paiva,2013); (Almeida, 2014). Porém, a maioria deles voltou-se para as regiões do Vale do Paraíba. De certo, o Vale do Paraíba foi uma região de destaque na produção do café no século XIX, e dessa forma, provavelmente é uma das regiões que possui diversas potencialidades históricas e um grande número de fontes para se abordar esse período cafeeiro brasileiro.

Esses estudos existentes são importantes na medida em que ressaltam a presença e práticas cotidianas da mulher nas fazendas de café no decorrer do século XIX, inserindo assim, as mulheres no contexto da produção cafeeira. Porém, acredito que essa demarcação ao Vale do Paraíba indica como se as mulheres por estarem em uma região profícua da cafeicultura se destacaram nela e se encerraram nela, faltando uma análise relacional da participação dessas mulheres na sociedade e economia cafeeiras de maneira mais ampla. Isto é, a partir de outras regiões.

Considero importante, dialogar com estes estudos tão importantes para a historiografia das mulheres e considerar a existência de cafeeiras em outras regiões da província do Rio de Janeiro que também são profícuas e possuem gamas de fontes diversas sobre o tema. É necessário mais estudos sobre as regiões cafeeiras fora desse complexo. Pois, desde a década de 1830 o Brasil reinava como maior produtor mundial de café, em posição bem a frente dos seus competidores: Cuba, Java, Jamaica e Haiti. Devido a esse controle do mercado mundial no oitocentos a cafeicultura desponta como um importante produto para o desenvolvimento do país (Marquese; Tomich, 2009). E nesse contexto também é necessário entender a participação feminina e seus desdobramentos.

Neste artigo pretendemos indicar a presença de mulheres cafeeiras na província do Rio de Janeiro. Para isso, lançamos mão do *Almanak*

Laemmert para observar a distribuição das mesmas nos municípios da província entre os anos de 1851 a 1860. A demarcação temporal está atrelada aos objetivos da minha dissertação, selecionei uma amostra de dez anos para refletir sobre o conjunto produtivo do qual a senhora objeto da pesquisa fazia parte na década de 1850.

A nossa argumentação será dividida em três partes, no primeiro momento buscamos trazer informações sobre a fonte utilizada, informando as principais características da seção do anuário que foi investigada. Em seguida, a amostragem será dividida em dois quinquênios, onde analisaremos as informações recolhidas acerca da participação das mulheres nas listas dos anuários. Por fim, será feito um comparativo entre os quinquênios demonstrando de maneira mais clara as semelhanças e diferenças da distribuição de mulheres nos dois períodos da amostragem.

As valiosas linhas do Almanak Laemmert

A fonte escolhida para a realização deste artigo é o *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, mais conhecido como *Almanak Laemmert*. O *Almanak* foi editado pela primeira vez no ano de 1843, impresso pela editora "Typographia Universal de E. & H. Laemmert" dos irmãos Laemmert, as suas publicações ocorreram entre os anos de 1844 e 1889 (Motta, 2008).

Na parte destinada às províncias buscava-se arrolar as principais personalidades e atividades exercidas em cada município e freguesia da província do Rio de Janeiro. Contendo assim, por exemplo, os nomes de funcionários da justiça e demais cargos administrativos, donos de comércios e fazendeiro divididos de acordo com o tipo de cultivo praticado nas propriedades.

De acordo com Rubens Machado (2013) em pesquisa sobre senhores, lavradores e escravos na Vila de Iguazu, o financiamento para a publicação dos anuários ocorria por meio dos assinantes e dos anunciantes que utilizavam o anuário para anunciar os seus estabelecimentos. Mediante esse

financiamento a seção das províncias era gratuita, não sendo necessário os listados pagarem algum tipo de taxa para ter os seus nomes nas listas.

Os assinantes nos dois primeiros anos de publicação pagavam uma quantia de 2\$500 réis, e posteriormente com o aumento de páginas o valor cobrado chegou a exceder o dobro do primeiro. Enquanto os anunciantes pagavam quantias que variavam de acordo com o tamanho do anúncio: 320 réis para publicações de uma linha, 4\$000 réis para anúncios de um quarto de página, 8\$000 réis para anúncios de meia página e 15\$000 réis para anúncios de uma página inteira.

O autor afirma também que a coleta dos dados era realizada por correspondentes locais, que eram interlocutores da Tipografia Laemmert. Seguindo esse pressuposto, para que o nome de alguém fosse publicado, dependia basicamente do interlocutor que era morador da região listada que produzia as informações e obedecia aos seus critérios. No que diz respeito aos critérios procuramos pelas páginas do anuário alguma pista que indicasse os parâmetros que os emissários locais estabeleciam para inserir um fazendeiro na lista em detrimento de outros.

Na busca nos deparamos com três explicações de emissários descritas ao final das listas de fazendeiros de café. Na primeira em 1850 o emissário que apresentou informações do Município de Rio Bonito informou que os fazendeiros ali listados são os que colhem acima de 600 arrobas de café, havendo três ou quatro deles que chegam à cifra de 2.000 a 4.000 arrobas (Almanak, 1850:176). No ano de 1852 há duas descrições para o Município de São João Batista de Macaé, a primeira para a freguesia da Cidade onde o emissário afirma que a maioria dos lavradores mencionados possuía mais de 10 escravos (Almanak, 1852:72) e a Freguesia de S. João da Barra em que não indicou o número base de escravizados, mas disse que listou aqueles que tivessem “maior número de braços em serviço” (Almanak, 1852:75).

Por fim, encontramos na Freguesia de S. José do Rio Preto em 1857 o emissário relatando que o parâmetro de escolha foi das grandes fazendas e aquelas que empregassem maior número de mão-de-obra na lavoura (Almanak, 1857:141). Nesse sentido, os emissários locais buscavam de

acordo com o seu critério e a sua localidade listar os fazendeiros que tivessem maiores quantidades de terras, de escravizados, de café produzido ou a união das categorias escravizados e terras.

Portanto, devemos ter em mente que as listas do *Almanak* resultavam do entendimento que os interlocutores possuíam das atividades locais e dos moradores, levando em consideração a percepção destes acerca da hierarquia social, do destaque dos indivíduos e das atividades desenvolvidas. Essas listas, portanto, expunham os espaços que o interlocutor informante, um morador da região, acreditava que os listados ocupavam social e economicamente.

Durante o período de amostragem deste artigo a divisão territorial e administrativa da Província do Rio de Janeiro sofreu alterações, freguesias passaram a existir ou se unificaram com outras freguesias, assim como os municípios. Além de haverem anos em que freguesias deixavam de ser mencionadas e reapareciam de novo no *Almanak*, o que nos faz acreditar que tenha havido a ausência do emissário local ou das informações fornecidas por ele. Pois, no ano de 1856 os editores do *Almanak* fizeram uma nota de esclarecimento aos leitores sobre a falta de informações, eles explicam que devido os efeitos de uma epidemia, alguns emissários locais foram impedidos de fornecer informações e solicitam que pessoas habilitadas nas localidades pudessem suprir as informações necessárias (Almanak, 1856:256).

Rastros femininos: a distribuição de mulheres cafeicultoras no Almanak Laemmert nos municípios da Província do Rio de Janeiro

Neste tópico iremos analisar a distribuição das mulheres cafeicultoras em relação aos homens no *Almanak Laemmert*, para uma melhor investigação dos dados dividimos os dez anos de amostragem em dois quinquênios.

Tabela 1. Distribuição por Gênero de fazendeiros e lavradores de café nos municípios da Província do Rio de Janeiro (1851-1855)

MUNÍCIPIOS	1851			1852			1853			1854			1855		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Angra dos Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104	06	110	145	12	157
Barra Mansa	149	17	166	215	23	238	162	20	182	191	24	215	191	23	214
Cabo Frio	142	08	150	200	23	223	197	24	221	242	27	269	201	15	216
Campos	99	02	101	98	02	100	89	02	91	154	06	160	170	06	176
S. Fidelis	105	06	111	104	05	109	105	5	110	140	08	148	203	11	214
Cantagalo	25	02	27	91	03	94	183	16	199	276	24	300	311	23	334
Capivari	275	19	294	265	19	284	207	15	222	236	19	255	217	16	233
Estrela	53	04	57	78	09	87	82	11	93	105	23	128	69	14	83
Petrópolis	03	02	05	05	02	07	05	02	07	12	02	14	11	02	13
Iguaçu	54	04	58	47	04	51	54	05	59	163	12	175	160	14	174
Itaboraí	77	02	79	78	02	80	128	08	136	03	-	03	04	-	04
Itaguaí	89	07	96	86	07	93	163	06	169	165	05	170	166	05	171
Macaé	166	10	176	191	11	202	229	11	240	318	17	335	227	17	244
Magé	45	14	59	65	10	75	72	12	84	68	12	80	60	11	71
Mangaratiba	39	03	42	39	03	42	39	03	42	33	03	36	53	05	58
Maricá	49	04	53	44	04	48	48	06	54	62	05	67	66	05	71
Neutro	146	18	164	165	18	183	177	16	193	219	24	243	-	-	-
Niterói	72	08	80	89	11	100	90	11	101	91	13	104	77	12	89
Nova Friburgo	30	01	31	30	01	31	36	03	39	105	11	116	102	11	113
Paraíba do Sul	90	06	96	123	19	133	134	12	146	151	14	165	158	15	173
Paraty	31	01	32	29	01	30	27	01	28	24	01	25	25	02	27
Pirahy	181	12	193	168	14	182	177	16	193	173	16	189	172	15	187
Rezende	389	37	426	407	40	447	314	39	353	306	40	346	352	45	397
Rio Bonito	85	01	86	88	01	89	89	01	90	86	02	88	106	03	109
St. Antonio de Sá	126	21	147	113	21	134	112	21	133	82	16	98	80	16	96
S. J. da Barra	06	-	06	07	-	07	05	-	05	11	01	12	24	-	24
S. J. do Príncipe	77	03	80	128	12	140	128	11	139	137	12	149	144	13	157
Saquarema	246	25	271	452	21	473	701	20	721	72	08	80	74	11	85
Valença	335	27	362	364	33	397	359	33	392	427	39	466	381	36	417
Vassouras	232	14	246	206	16	222	207	16	223	208	16	224	225	16	241
Rio Claro	53	03	56	52	04	56	84	06	90	97	09	106	92	09	101
TOTAL ANUAL	3.469	281	3.750	4.030	329	4.359	4.403	351	4.754	4.461	414	4.875	4.268	383	4.651

Fonte: CRL - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Seção das Províncias. Anuários de 1851 a 1855. Tabela elaborada pela autora.

Nos cinco primeiros anos da nossa amostragem, é perceptível que juntos os municípios que faziam parte do Vale do Paraíba como Barra Mansa, Resende, Pirai, Valença, Rio Claro, Vassouras e Cantagalo possuíam quase a metade do total dos fazendeiros listados. Porém, observando cada município isoladamente a distribuição não é tão destoante. Havia a presença de diversos fazendeiros e fazendeiras de café por toda a província do Rio de Janeiro. Desde municípios com pouca menção como Petrópolis que atingiu o número máximo de 13 fazendeiros de café listados no ano de 1855, até Macaé com 244 listados que não faziam parte do Vale do Paraíba.

Há uma flutuação dos fazendeiros listados, alguns permanecendo por longos anos nas listas e outros deixando de ser listados. Porém, podemos observar que na maioria das vezes o número total de fazendeiros, independente do sexo, aumenta no decorrer dos anos, exceto no ano de 1855 que diminui em 31 o número de mulheres listadas. Isso indica como progressivamente aumenta a produção de café nos municípios no decorrer dos anos e como os fazendeiros vão se destacando cada vez mais na direção da sua unidade produtiva.

No que concerne às mulheres, no primeiro ano da amostra elas somam um total de 281, mas nos anos seguintes o percentual total vai crescendo progressivamente até ocorrer à decadência no ano de 1855. Durante esses cinco anos todos os municípios tiveram mulheres listadas, mesmo que não tenha sido em todos os anos da amostragem, com a quantidade variando de uma mulher listada, como ocorreu nos municípios de Nova Friburgo e Rio Bonito no ano de 1851 até 45 mulheres no município de Resende, município integrante do Vale do Paraíba.

Visto o quantitativo de mulheres listadas, durante o levantamento dos dados buscamos recolher informações que nos permitisse realizar uma análise mais qualitativa dessas mulheres que durante os anos apareceram nas listagens como fazendeiras de café. Para demarcar a posição social, desde o período colonial os indivíduos mais abastados recebiam títulos. As mulheres também eram contempladas por meio dos títulos nobiliárquicos

como viscondessas, baronesas e etc, incorporados pela descendência e matrimônio.

De acordo com Mariana Muaze (2008) a aquisição de títulos na segunda metade do século XIX era um elemento primordial para conquistar importância social. O advento do prestígio social não estava associado, prioritariamente, a posse de terras e de escravizados, mas a fortuna, redes de sociabilidade e mérito.

Dentre os títulos há o de Dona, que de acordo com o dicionário da língua brasileira do século XIX, escrito por Luiz Maria da Silva Pinto, significa: "Dona, sf. Em sentido próprio é a mulher, que conhece o varão. Título de mulher nobre. Mulher idosa. No plur. Jogo de tabulas. Dona antigamente era a Avó. Dona de honra senhora nobre que serve no Paço²." (Pinto, 1832: 48).

A atribuição de nobreza ao título de dona também é encontrada na definição do século anterior, Raphael Bluteau atribui o seguinte significado ao título de "Dona":

DONA. Título de mulher nobre. Vid. Dom. Assim como por [sincopa] de *Dominus*, querem alguns que se diga *Dominus*, parece que também por [sincopa] de Domina se houve de dizer *Domna*. [...] Dona de honra. Mulher viúva de qualidade, que no palácio assiste uma Rainha, ou a uma Princesa. *Vidua honorária*. Dona. Mulher de idade que serve em uma casa com [capelo], à diferença das donzelas. [...] senhoras ilustres, ou viúvas muito nobres.[...]. Grifo da fonte (Bluteau, 1728: 287).

Neste sentido, essas senhoras faziam parte de um grupo distinto da sociedade, "ilustre" e de "qualidade", incorporados por descendência ou após "conhecer o varão". O título de dona não era nobiliárquico, porém possuir o título era sinônimo de prestígio e poder. Nem mesmo as mulheres abastadas sempre possuíam esse título nos documentos, como pode-se verificar nas próprias listas do *Almanak* e nos inventários *post mortem* que analisei na dissertação (Alves, 2019). Nos inventários das vinte e duas cafeicultoras da Freguesia do Bananal do município de Itaguaí, apenas nove delas receberam o título de dona.

² Nas citações de fontes de época optamos por manter a grafia do período para não comprometer o entendimento das informações.

A exemplo das cafeicultoras que não receberam a classificação de dona ou outros títulos está Generosa Rosa que era uma grande fazendeira de café da Freguesia. A senhora possuía 5.118.300m² de terras onde foi cultivado 50.000 mil pés de café e 119 escravizados (Alves, 2019). Sendo assim, ocupar uma posição econômica elevada não garantia a obtenção de títulos.

A atribuição do título a nosso ver tem mais a ver com a percepção social do que necessariamente econômica, mesmo que ocupar uma posição econômica privilegiada contribua para isso. O título não era também necessariamente hereditário, das mulheres inventariadas que receberam o título todas as suas filhas em idade adulta também receberam, porém, as netas não tiveram essa garantia. Como é o caso de Izabel, uma das netas de D. Gertrudes Maria da Conceição que não recebeu o título mesmo que as outras netas e a sua mãe o tenham recebido (Alves, 2019).

Ao analisar os dados do *Almanak* buscamos recolher esses tipos de dados: o título e a condição de viuvez das mulheres listadas. Durante o período de amostragem da tabela, o nome das mulheres foi acompanhado diversas vezes pelo título de dona. No ano de 1851, 181(64.41%) mulheres receberam o título; 216 (65.65%) mulheres receberam no de 1852; 235 (66.95%) receberam no ano de 1853; 262 (63.28%) receberam no ano de 1854 e 235 (61.35%) mulheres receberam no ano de 1855. Esses dados trazem um percentual de que mais da metade das mulheres em todos os anos receberam o título de dona.

Além do título de dona, as mulheres recebiam outros títulos, no ano de 1851 havia 1 Condessa, 1 Viscondessa, 1 Marqueza e dama honorária. Em 1852, havia 1 Condessa, 2 Viscondessas e 1 Marqueza, no de 1853, 1 Condessa, 1 Viscondessa e 1 Marqueza, no de 1854, 1 Condessa, 1 Viscondessa e 1 Marqueza. Por fim, no ano de 1855 havia 1 Condessa, 2 Viscondessas e 1 Marqueza.

No que concerne a viuvez, em comparação a índice de títulos o de viúvez é muito menor, não chegando a englobar nem metade das mulheres listadas em cada ano. Em 1851 havia 64 (22.77%) viúvas, em 1852 havia 77 (23.40%), em 1853 havia 81 (23.07%), em 1854 havia 110 (26.57%) e em

1855 havia 109 (28.45%). Esses dados indicam que boa parte das mulheres listadas nos cinco primeiros anos de amostragem do anuário não receberam a condição de viúva. Porém isso não significa que esse seja o total de mulheres nessa condição, os emissários locais podem não ter declarado ou não ter tido conhecimento da viuvez de algumas mulheres.

Diante do que foi declarado, menos da metade delas estavam a frente da unidade produtiva, sob uma administração ocorrida após o falecimento do seu cônjuge. Leila Vilela Alegrio ao analisar o cotidiano de mulheres fazendeiras de café no Vale do Paraíba (Alegrio, 2011) verifica mulheres das mais diversas posições na escala social, dos documentos analisados por ela aparecem mulheres que requereram o divórcio, pensão alimentícia e protestaram em resposta a adultérios, fazendeiras que eram solteiras e viúvas que assumiram a direção das suas vidas e negócios da famílias, muitas vezes herdando uma fazenda de café falida nas quais tiveram de comprovar a capacidade de reversão desse quadro.

Como exemplo disso, temos os casos de D. Sabina Felicidade Perpetua e D. Deolinda Rosa de São José, ambas cafeicultoras listadas no *Almanak* e moradoras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. D. Sabina no período que foi listada era solteira, filha natural³ de José Sotero Rangel. A partir do Inventário de seu pai, registros de óbitos e batismo, periódicos e registros de compra e venda de terras, observei que apesar de não ter contraído matrimônio e ter tido dois filhos naturais à fazendeira foi incluída nas listas durante 15 anos, realizou uma eficaz administração dos seus bens, ampliando-os e conservando-os após tê-los recebido como herança de seu pai (Alves, 2019). Já D. Deolinda era viúva no período em que foi listada, não conseguimos informações acerca de seu marido ou da existência de filhos, mas esta possuía um quarto de prazos de terras na Lagoa da Pedra (Alves, 2019) e foi listada na condição de viúva por dez anos.

A condição de solteira e viúva provavelmente representava para essas mulheres maior liberdade de ação. Liberdade apesar de toda a opressão ainda

³ Filhos naturais são aqueles fruto de uma união não reconhecida pela igreja, isto é, sem laços de matrimônio entre os pais.

existente na sociedade que as atingiam de outras formas para além da relação conjugal. Essas mulheres poderiam ter o direito de comandar a sua família, os seus negócios a sua maneira e concordando com Alegrio (2011), poderiam ser donas de si.

Partindo para o segundo quinquênio da nossa amostragem, o número de fazendeiros de café continua aumentando progressivamente no decorrer dos anos, atingindo um total de 7.716 homens e mulheres listados em todos os municípios. Os dados acompanham o período de plena expansão da economia cafeeira. As informações fornecidas pelos emissários locais são mais completas durante esses cinco anos, havendo lacunas apenas no município neutro que deixa de aparecer no anuário. Esse município compreendia as freguesias de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha de Paquetá, Inhauma, Irajá, Jacarepaguá e Ilha do Governador.

Tabela 2. Distribuição por Gênero de fazendeiros e lavradores de café nos municípios da Província do Rio de Janeiro (1856-1860)

MUNICÍPIOS	1856			1857			1858			1859			1860		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Angra dos Reis	156	11	167	154	13	167	130	13	143	144	17	161	195	29	224
Barra Mansa	197	24	221	198	18	216	202	19	221	227	20	247	229	23	252
Cabo Frio	321	29	350	248	21	269	401	27	428	376	34	410	360	31	391
Campos	181	09	190	146	08	154	208	09	217	254	17	271	299	17	316
S. Fidelis	204	11	215	218	11	229	277	11	288	282	09	291	314	10	324
Cantagalo	335	29	364	359	28	387	382	32	414	488	33	521	647	40	687
Capivari	222	16	238	226	20	246	233	21	254	228	19	247	219	19	238
Estrela	70	20	90	80	24	104	78	25	103	90	19	109	97	22	119
Petrópolis	09	02	11	09	02	11	11	01	12	11	01	12	09	05	14
Iguaçu	177	08	185	177	09	186	176	09	185	227	14	241	297	34	331
Itaboraí	03	-	03	27	01	28	42	05	47	39	05	44	49	06	55
Itaguaí	213	16	229	204	18	222	222	17	239	206	21	227	204	21	225
Macaé	264	15	279	264	16	280	318	19	337	313	19	332	416	28	444
Magé	74	13	87	78	15	93	104	14	118	141	19	160	119	15	134
Mangaratiba	53	05	58	52	06	58	50	06	56	45	06	51	50	07	57
Maricá	59	06	65	58	05	63	72	05	77	72	05	77	76	05	81
Neutro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Niterói	91	15	106	102	16	118	166	13	179	141	16	157	132	20	152
Nova Friburgo	107	13	120	99	13	112	73	11	84	100	15	115	95	12	107
Paraíba do Sul	150	14	164	241	17	258	214	16	230	237	17	254	314	17	331
Paraty	12	-	12	37	03	40	35	03	38	51	06	57	49	06	55
Piraí	267	25	292	196	25	221	190	24	214	191	21	212	203	20	223
Rezende	405	48	453	446	43	489	449	47	496	436	52	488	446	54	500
Rio Bonito	94	05	99	118	08	126	125	09	134	216	30	246	217	29	246
St. Antonio de Sá	83	14	97	79	14	93	75	14	89	77	11	88	76	11	87
S. J. da Barra	32	-	32	40	-	40	32	-	32	30	01	31	30	01	31
S. J. do Príncipe	140	13	153	139	13	152	151	15	166	194	19	213	190	26	216
Saquarema	1.322	18	1.340	919	16	935	1.199	14	1.213	1.069	11	1.080	1.068	11	1.079
Valença	174	19	193	226	21	247	274	26	300	335	35	370	390	38	428
Vassouras	260	25	285	286	21	307	225	18	243	270	19	289	251	21	272
Rio Claro	90	07	97	69	06	75	67	07	74	85	08	93	84	10	94
TOTAL ANUAL	5.761	430	6.191	5.495	433	5.928	6.181	450	6.631	6.575	519	7.094	7.130	586	7.716

Fonte: CRL - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Seção das Províncias. Anuários de 1856 a 1860. Tabela elaborada pela autora.

A partir do ano de 1856 o número de mulheres listadas aumenta consideravelmente em relação aos anos anteriores. No geral, não há decréscimos ao longo dos cinco anos. Porém nos dois entre 1856 e 1857 o percentual de aumento foi pequeno, no entanto enquanto havia esse pequeno acréscimo de mulheres, os homens decaíram bruscamente no ano de 1857. Novamente, havendo assim, uma grande flutuação dos fazendeiros de café listados.

Apesar do aumento do índice de mulheres listadas no geral, a freguesia de Petrópolis ainda continuou apresentando em alguns dos anos apenas uma mulher listada. Esse fato aconteceu nos anos de 1858 e 1859, além dessa freguesia o mesmo aconteceu com São João da Barra em 1859 e 1860. Esses dados demonstram que por mais que no geral o número de mulheres listadas houvesse aumentado algumas freguesias ainda possuíam poucas mulheres reconhecidas pelo emissário local como merecedoras de participar do anuário.

Ao observar os perfis das mulheres listadas entre 1856 e 1860, notamos que assim como aumentou o percentual feminino nas listas também cresceu o número de mulheres identificadas com o título de dona e demais títulos ou com o estado civil de viúva. No ano de 1856 houve 278 (64.65%) mulheres listadas como o título de dona; no ano de 1857 houve 290 (66.97%) mulheres; no ano de 1858 houve 292 (64.88%) mulheres; no ano de 1859 houve 337 (64.06%) e no ano de 1860 houve 362 (61.14%).

Novamente, mais da metade das mulheres listadas em todos os anos da amostragem receberam o título de dona, assim, essas mulheres além de serem vistas com notoriedade pelo emissário local também o eram perante a sociedade ao receber o título de dona. Além desse título, no ano de 1856 havia 2 Baronesas, 2 Condessas, 2 Viscondessas e 1 Marquesa, no ano de 1857 havia 2 Baronesas, 2 Condessas, 3 Viscondessas e 3 Marquesas, no ano de 1858 havia 5 Baronesas, 2 Condessas, 3 Viscondessas e 3 Marquesas, no ano de 1859 havia 4 Baronesas, 2 Condessas, 2 Viscondessas, 3 Marquesas e 2 mulheres intituladas madames. Por fim, no ano de 1860 havia 6 Baronesas, 2 Condessas, 2 Viscondessas, 3 Marquesas e 4 madames.

A flutuação das mulheres com títulos de nobreza mais reconhecidos, como no ano de 1859 que deixa de ser mencionada uma Baronesa, demonstra que até mesmo as mulheres com altos títulos estavam sujeitas a deixarem de ser listadas pelo emissário local. A nobreza não assegurava a posição social de prestígio enquanto fazendeira de café nas listas do anuário. No que concerne as viúvas os índices também aumentaram, mas novamente não chegaram perto da metade das mulheres listadas.

No ano de 1856, 132 (30.69%) mulheres receberam a classificação de viúva; 123 (28.40%) no ano de 1857; 136 (30.22%) no ano de 1858; 154 no ano de 1859 (29.27%) e 185 (31.25%) no ano de 1860. Em vista desses dados, desde o ano de 1851 até o ano de 1860 o índice de mulheres viúvas era minoritário frente ao total de mulheres listadas em cada ano. Observamos que em alguns anos mulheres não estavam na condição de viúva e nos anos seguinte passam a aparecer, indicando a mudança de estado civil dessas mulheres fazendeiras ao longo do tempo.

Portanto não há um perfil de mulher fazendeira na província do Rio de Janeiro e sim perfis de mulheres plurais que independente de ser viúva ou não estava atuando na agência da produção de café. Como vimos os emissários obedeciam a critérios próprios para inserir ou não um homem e uma mulher nas listas, esses critérios são próprios para cada região, mas no geral direcionados para indivíduos que possuem prestígio e bens, sejam eles grandes terras, grande escravaria ou extensa produção de café, nesse sentido a pluralidade esta para além da condição de viuvez, mas também engloba o perfil econômico. As mulheres cafeicultoras enquadram-se em um ou mais desses critérios, não há como prever qual determinou a sua existência na lista, porém sabemos que o fato de estarem ali indica a sua notoriedade social e econômica.

Semeando grãos por toda a parte: a existência de mulheres cafeicultoras na Província do Rio de Janeiro

No geral todos os municípios tiveram mulheres listadas no Almanak entre os dez anos de amostragem. Houve municípios que em algum dos anos não citou mulheres como é o caso de Itaboraí, Neutro e São João da Barra que no ano de 1855 listaram fazendeiros nas freguesias, mas nenhuma mulher foi incluída nas listas. Além do caso de municípios que em determinado ano não apareceram informações no anuário, como é o caso do município Neutro em toda a amostragem entre 1856 e 1860.

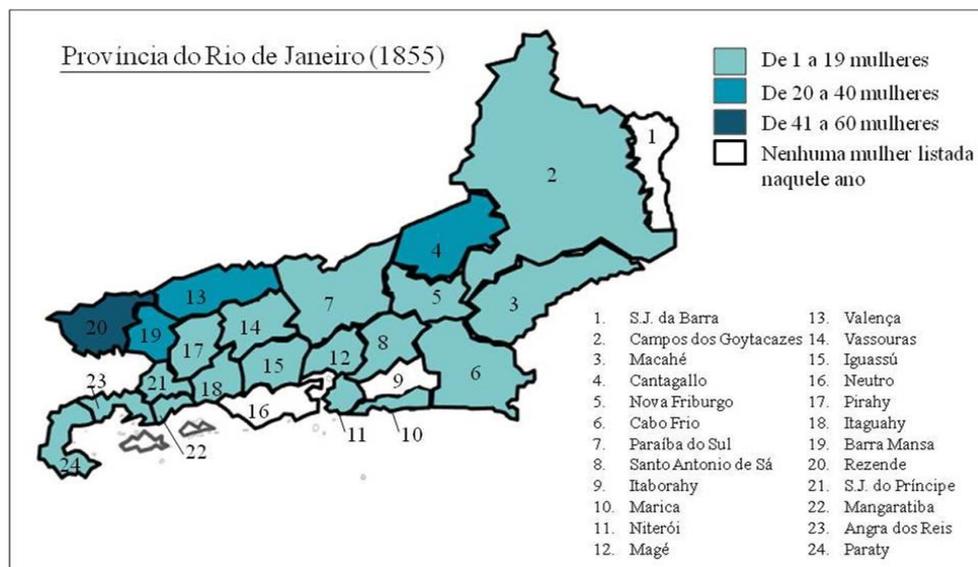
No levantamento de dados observamos que tiveram anos que determinadas listas de freguesias estava exatamente igual ao ano anterior, como se o emissário local tivesse apenas repetido as informações, isso pode se observado nas tabelas nos anos em que o número de fazendeiros se mantém o mesmo de um ano para o outro em determinado município, como é o caso de Petrópolis em 1856 e 1857. Porém, a mudança do quantitativo de fazendeiros listados demonstra que os emissários locais dedicavam-se a fazer um levantamento criterioso que ano ou outro descartava ou inseria pessoas nas listas.

Os emissários até mesmo mudavam o tipo da categoria que os fazendeiros se inseriam como é o caso da Freguesia do Bananal que nos primeiros anos recebia o título de "Fazendeiros de café", em seguida de "Principais fazendeiros e lavradores de café", inserindo também os lavradores e, posteriormente, com o aumento da policultura na região passou a receber o título de "Fazendeiros de café e demais mantimentos". Essa mudança demonstra que os emissários estavam cientes das mudanças na produção agrícola e no perfil dos fazendeiros que listavam.

Buscamos realizar um comparativo entre os quinquênios que demonstrasse de maneira mais clara as semelhanças e diferenças da distribuição de mulheres nos dois períodos da amostragem. Para isso criamos mapas para visualizar a distribuição, porém, seguimos as coordenadas de dimensões territoriais do Laboratório de Cartografia GeoCart do Departamento de Geografia da UFRJ da Província do Rio de Janeiro entre 1855 e 1858 (Menezes,2015). As dimensões indicam a existência de 24 municípios, enquanto que no Almanak são apontados 31.

Apesar disso, optamos por nos basear nas dimensões do laboratório e não fizeram parte do mapa os seguintes municípios: Rio Bonito, Rio Claro, São Fidelis, Saquarema, Estrela e Capivari. Ademais, selecionamos os dois últimos anos de cada período para a representação, pois foram os anos de maiores ocorrências. Vejamos a distribuição das mulheres no último ano do primeiro quinquênio:

Figura 1. Mapa de distribuição de mulheres fazendeiras e lavradoras de café no Almanak Laemmert do ano de 1855.

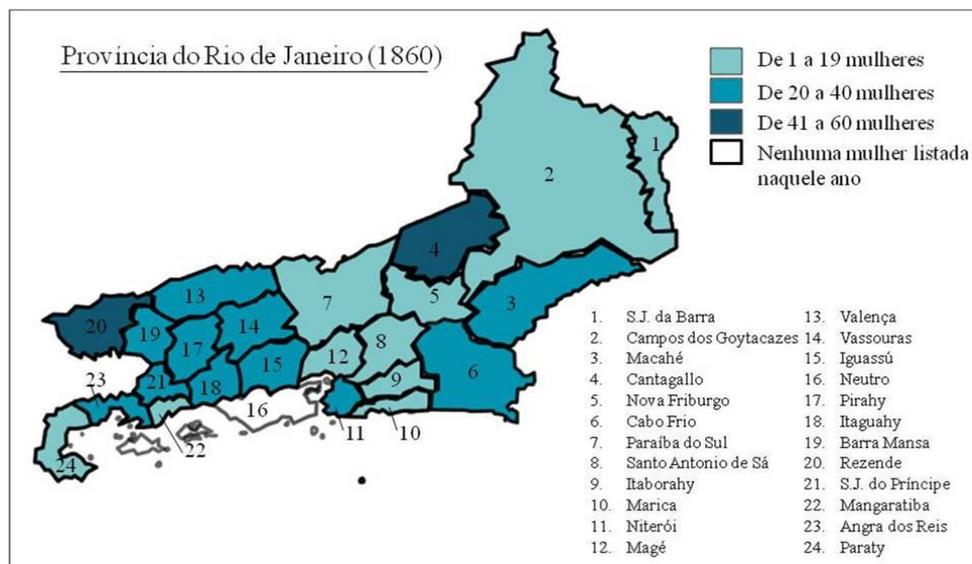


Fonte: Mapa elaborado pela autora seguindo as dimensões definidas pelo Laboratório de Cartografia GeoCart, do Departamento de Geografia da UFRJ.

No final do primeiro quinquênio a maioria dos municípios ocupava a primeira faixa de 1 a 19 mulheres listadas, a segunda faixa contava com apenas três municípios e a terceira apenas com um. Os municípios indicados na cor branca são aqueles já mencionados que não listaram mulheres naquele ano, porém isso não significa que não houve mulheres listadas nos primeiros cinco anos da amostragem, de acordo com a tabela 5 São João da Barra teve uma mulher listada no ano de 1854, Itaboraí teve entre 1851 e 1853 e o município Neutro teve entre 1851 e 1855, isto é, todos os anos da amostragem com exceção do último.

No segundo período de amostragem, o quadro de mulheres listadas por municípios muda consideravelmente. A produção cafeeira das freguesias cresce e com ela os emissários locais passam a listar mais homens e mulheres:

Figura 2. Mapa de distribuição de mulheres fazendeiras e lavradoras de café no Almanak Laemmert do ano de 1860.



Fonte: Mapa elaborado pela autora seguindo as dimensões definidas pelo Laboratório de Cartografia GeoCart, do Departamento de Geografia da UFRJ.

No segundo período de amostragem, o crescimento de mulheres listadas nos municípios foi significativo ao ponto de regiões que anteriormente possuíam poucas mulheres listadas aumentarem consideravelmente o quantitativo. Citando a nossa região de estudo como exemplo, dos 31 municípios existentes, no primeiro quinquênio Itaguaí ocupava a 25ª posição dos municípios que mais tiveram mulheres listadas, no segundo ele passou a ocupar a 13ª.

Nesse sentido no primeiro momento a região de Itaguaí estava entre os que menos tinham mulheres listadas e no segundo momento esse quadro se inverteu. Nos dois momentos Rezende foi o município que mais teve mulheres listadas, sendo sucedido por Valença, Cantagalo e Barra Mansa entre 1851 e 1855 e sucedido por Cantagalo, Valença e Iguazu entre 1856 e 1860. Sendo assim, Barra Mansa e Iguazu mudaram mais radicalmente de posição, Iguazu nos anos anteriores ocupava o 12º lugar e Barra Mansa passou a ocupar o 10º lugar.

No mapa observamos que boa parte dos municípios que ocupava a primeira faixa na amostragem anterior passou para a segunda, não sendo mais a primeira faixa majoritária. No segundo momento, 10 (41.66%)

municípios ocupavam a primeira faixa, 11 (45.83%) ocupavam a segunda faixa e 2 (8.33%) a terceira.

Portanto, percebemos o aumento de mulheres listadas município por município no decorrer dos anos, onde regiões em determinados períodos listam mais mulheres ou menos mulheres de acordo com os critérios do emissário local. Lembrando que o não aparecimento ou o aparecimento em menor número de mulheres nas listagens não indica a inexistência de mulheres atuando na direção de fazendas de café na região. De certo o número de fazendeiros e lavradores era muito maior do que é apresentado nas listagens. A presença ou não da pessoa listada indica a percepção e a seleção do emissário local ao criar as listas e não a existência ou não de fazendeiros de café.

Considerações finais

Observar o conjunto dessas mulheres nos anuários do Almanak trouxeram a tona uma outra dimensão da participação das mulheres na economia cafeeira, retomando o nosso questionamento inicial da dimensão da participação das mulheres como fazendeiras de café no Rio de Janeiro, podemos concluir que todos os municípios existentes entre 1851 a 1860 na Província tiveram mulheres listadas no anuário como fazendeiras de café. Alguns deles com menos indícios do que outros, porém em todos havia a existência de mulheres que ocuparam posição de destaque na direção da unidade produtiva de café.

Os mapas serviram como recurso para criarmos uma imagem gráfica da distribuição de mulheres fazendeiras de café, de maneira a visualizar melhor a dimensão da participação de mulheres. Essa participação é ampla e não somente circunscritas a municípios que receberam destaque na produção do café, englobando todos os municípios da província do Rio de Janeiro.

Portanto, não há apenas uma ou outra região que possuiu mulheres atuando na cafeicultura, essas mulheres estavam distribuídas por todos os espaços, em menor ou maior número, gerenciando os seus bens e a sua

produção agrícola. Nossa Senhora da Conceição do Bananal era uma das freguesias que estavam inseridas em municípios que participavam da economia cafeeira do Rio de Janeiro. Enquanto a fazendeira que selecionamos para estudar estava atuando como cafeicultura em Bananal de Itaguaí, diversas outras mulheres também estavam, cada uma com sua particularidade de vida, mas que compartilhavam de experiências semelhantes.

Em vias de conclusão, o conjunto produtivo cafeeiro do Rio de Janeiro era formado por homens e mulheres na condição de solteiros, viúvos ou casados. Destacamos aqui as mulheres, que em condições diversas administraram a sua produção de maneira a se tornarem visíveis aos olhos de quem poderia inseri-las em listas dos mais notáveis fazendeiros de café. Listas que foram possíveis chegar até nós hoje e contribuir na análise da inserção das mulheres no mundo econômico.

O esforço deste artigo foi no sentido de investigar uma das maneiras em que as mulheres poderiam participar enquanto agentes econômicos na sociedade brasileira do século XIX. Essas mulheres estavam atuando por dentro do sistema patriarcal, assumindo a administração das fazendas quando solteiras, casadas ou viúvas, e lidando com os limites sociais impostos.

Referências bibliográficas

ALEGRIO, Leila Vilela. *Donas do café: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

ALMEIDA, Diego Amaro de. *Maria Joaquina de Almeida fazendeira de café no Vale do Paraíba*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2014.

ALVES, Jessica Santana de Assis Alves. *Dona dos cafezais: a ação social e econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí 1850-1867*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPGH, 2019.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Verbete Dona. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/Dona> > Acesso em 13 mar 2019.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: Ângela de Castro Gomes (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. IN: OLIVEIRA, Monica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguazu, 1840 – 1880)* – Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória: a presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura paulista*. Tese de Doutorado. USP/SP, 1994.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELLO, Rafael Cardoso de. *Um "Coronel de saias" no interior paulista: a "Rainha do Café" em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação de mestrado, UNESP, 2009.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto; DIAS, Aline Colli. *et al.* A evolução político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro – Comprovação através da cartografia histórica. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 4 a 7 de Novembro de 2015. Braga, Portugal.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*. 2. ed. rev. e ampl. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar ed. 2008.

PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. *Lembranças da Saudade: estratégias para manutenção do poder e de uma família cafeicultora no século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida na UNIRIO/ Programa de Pós Graduação em História. Rio de Janeiro, 2013

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na typographia de Sila, 1832*.

Verbetes Dona. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/dona>> Acesso em 13 mar 2019.

SOARES, Julio Cesar Fidelis. *Mulheres fazendeiras e lavradoras numa economia cafeeira do Vale do Médio Paraíba: uma introdução ao estudo de caso de Resende no século XIX*. Lorena: Portal do Vale do Paraíba, 2007.